

Ata da Reunião do Conselho

ATA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA.

Ocorrida aos nove dias de maio de dois mil e cinco, à 13:00h em primeira convocação, e às 13:30h em segunda convocação com qualquer número de Conselheiros presentes, na Sala de Reuniões do Hotel San Martin, sito à Rua João Negrão, 169 – Centro, 1º andar, nesta Capital. A reunião iniciou-se as 13:30 h. Estiveram presentes os seguintes conselheiros governamentais: Vera Lúcia Raggiotto (Instituto de Ação Social do Paraná – IASP); Maria Joseane Fronczak da Cunha (Procuradoria Geral do Estado - PGE); Isabel Cristina Reis (Secretaria de Estado da Educação - SEED); Celeste Maria de Oliveira Ribeirete (Secretaria de Estado da Saúde – SESA); Elyane Neme Alves (Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL); Denise R. Arruda Colin (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social - SETP); Maria Leonor Zanella (SETP); Jucimeri Isolda da Silveira (SETP); Manuel Nunes da Silva Neto (SETP); José Maurino de Oliveira (SETP); Maria Iolanda de Oliveira (SETP). Conselheiros da Sociedade Civil Organizada: Juliana Molinari (Conselho Regional de Serviço Social – CRESS; Jaime Bonato (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais Apae Dois Vizinhos); Valter Pedro Zancanaro (Associação Brasileira de Educação e Cultura ABEC – Ponta Grossa); Terezinha de F. Inocente Bitencourt – Apae Bela Vista do Paraíso); Eva Marlene Munhoz Losano Leonel (Associação Comunitária para Des. Da terceira Idade - ACODETI); Dulcilene Pires Cardoso Tonon (Assoc. dos Funcionários Públicos Municipais de Jacarezinho); José Cícero dos Santos (Escola Comunitária do Trabalho); Angela Carvalho Kotsubo (APAE de Paranavaí); Terezinha Corrêa Maciel Barbosa (APMI de Ourizona); Cidinéia Ap. Moreira (Conselho Regional de Serviço Social - CRESS); Maria Aparecida Melo M. Tamparowsky (Programa do Voluntariado Paranaense – Provopar Assis Chateaubriand); Salete Tubiana dos Santos (Sind. Dos Empregados do Comércio – Foz do Iguazu). A Presidente, Terezinha de F. Inocente Bitencourt, saudou e deu as boas vindas a todos.

1. Aprovação da pauta;

Em seguida, a presidente submeteu a pauta para a aprovação da

plenária. Tendo em vista que alguns assuntos de pautas caberiam esclarecimentos de algumas Comissões, os mesmos foram transferidos para o relato das respectivas, ficando a pauta APROVADA da seguinte maneira: 1. Aprovação da Pauta; 2. Aprovação da Ata de Reunião de Fev/05 e Março/05; 3. Apresentação dos Relatórios das Comissões; 4. Exposição do FOREAS sobre a situação atual do Fórum e apresentação de cada região – Sra. Eunice; 5. Informes Gerais: Materiais proferidos nas palestras na reunião ampliada do CNAS em Curitiba; Comissão de financiamento - contato com Hermas Brandão; Visita à Itaipu; Apresentação das estagiárias de Assistência Social da SETP – sobre um instrumento de funcionamento dos Conselhos; exposição do conselheiro Paulo sobre o trabalho infantil no lixão de Paranaguá; Calendário do SUAS e NOB nas 18 regionais; 6. Informes Secretaria Executiva dos Conselhos; 7. Encerramento.

2. Aprovação da Ata de Reunião de Fev/05 e Março/05;

Antes de proceder com a aprovação das atas, a Presidente perguntou à conselheira Jucimeri se havia sido elaborado um relatório da reunião Ampliada Descentralizada do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, realizada em Curitiba no mês de abril. A conselheira Jucimeri informou que o CNAS se responsabilizou em encaminhar o material, porém, até a presente data, o mesmo não havia sido encaminhado. Prosseguindo com a reunião, a presidente procedeu o encaminhamento para a aprovação das atas que, sem alterações, foram APROVADAS POR UNANIMIDADE.

3. Apresentação das Comissões Temáticas;

A primeira Comissão a apresentar o relatório foi a Comissão de Gerenciamento do Fundo, (anexo I). A conselheira Jucimeri foi a relatora. A mesma fez uma breve explicação referente ao processo de auditoria, N° 8.389.422-9, no qual, são apontadas irregularidades no CEAS/PR. Foi disponibilizada uma cópia do ofício resposta encaminhado ao Procurador da República no Estado do Paraná pela comissão para conhecimento de todos os conselheiros. Quanto ao item dois do relatório da Comissão (Projeto de Lei de Criação do Fundo Municipal de Combate e Erradicação da Pobreza), a conselheira expôs que, na última reunião, foi aprovado que os conselheiros teriam acesso à minuta elaborada, para que nessa reunião apresentassem sugestões. O Fundo Municipal seria vinculado ao Conselho. A mesma esclareceu que, por mais que o CEAS incentive a criação do Fundo, a iniciativa tem que partir do Executivo seria bom o Conselho estar orientado quanto a criação

dos Fundos e influenciar a sua regulamentação. A comissão solicitou que seja feita uma consulta formal à Secretaria Nacional de Assistência Social quanto à gestão dos recursos e o mapeamento dos fundos criados nas demais esferas de governo, buscando identificar mais experiências para análise de viabilidade; realizar consulta ao Ministério Público quanto à emenda, impacto tributário e político, considerando o princípio da participação e controle social do recurso público; Solicitar à assessoria jurídica reformulação da proposta de minuta contemplando: vinculação ao conselho municipal e definição de percentuais para políticas setoriais. Caso o CEAS decida pela divulgação da proposta de Projeto de Lei, o processo será efetivado via conselhos municipais. Em relação a Aplicação de recursos remanescentes do FEAS, foi sugerido dois encaminhamentos: primeiro: oficializar pedido de pronunciamento do CMAS quanto à situação do Município Inácio Martins; segundo: viabilizar o repasse de recursos para entidades locais. Quanto ao quarto item (plano de aplicação de recursos remanescentes da Copel para compra de equipamentos de informática aos CMAS, foram definidos os seguintes encaminhamentos: efetuar o repasse de recurso para aquisição de um computador e uma impressora para o fundo municipal de Assistência Social. A configuração dos equipamentos será indicada pelo Núcleo de Informática da SETP; Elaborar processo de repasse constando convênio e plano de aplicação; Serão inicialmente contemplados os conselhos que não possuem equipamentos ou são compartilhados. Ainda, em relação quarto item, a conselheira Jucimeri informou que o NUCLEAS – Núcleo Estadual de Assistência Social da SETP, Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, estará encaminhando, ainda nesta semana, para decreto governamental, a implantação do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, nos vinte e dois Municípios com alto índice de pobreza e exclusão social. Salientou, ainda, que no plano de aplicação, não está indicado que a fonte de recursos para compra de equipamentos para os CRAS é o Fundo Estadual. Se o Governador assinar o decreto, o recurso que está disponível no Fundo, deverá ser utilizado, conforme indicação de alguns conselheiros, com possibilidade de estabelecer outros critérios de repasse. Porém, de imediato teria que ser viabilizado, prioritariamente, para os Municípios que já informaram a sua infraestrutura de informática. Ainda e, relação ao Fundo de Combate à Pobreza a conselheira Denise Colin sugeriu que, além de encaminhar o ofício solicitando informações sobre o funcionamento

do Fundo Nacional, bem como a instalação nos demais Estados, deveria ser feita uma consulta à Comissão de Seguridade Social da Câmara dos Deputados. Após as discussões surgiram as seguintes propostas em relação ao custeio de 128 (cento e vinte e oito) computadores, sendo 1 (um) para cada CMAS que no levantamento efetuado sobre estrutura de informática, informaram não possuírem computador ou que usam compartilhado com o órgão gestor.

Primeira proposta (elaborada pela Comissão): Diante do levantamento do custo do computador e da impressora, seria depositado no Fundo, para repasse ao usuário do material, com Termo de Convênio e inclusão de plano de aplicação, bem como procedimentos para prestação de convênio do uso do recurso e prestação de contas; A segunda proposta foi de que o Estado compraria os equipamentos e doaria aos Municípios mediante termo de recebimento e de compromisso (cessão) para uso daquele equipamento, específico para o respectivo Conselho Municipal. Na seqüência, as propostas foram submetidas para a aprovação da plenária. A primeira proposta (via Fundo) foi a mais viável de acordo com os conselheiros, com (19) dezenove votos a favor.

Após, a Presidente sugeriu que até a próxima reunião do Conselho esteja elaborado um modelo de Termo de Convênio. Não havendo mais nada a tratar, passou-se para a apresentação do relatório da Comissão de Documentação e Cadastro, (anexo II). A conselheira Cidinéia foi quem procedeu o relato. Quanto ao processo 8.344.344-8, referente a exigência de carteira de identidade para a matrícula escolar, após análise, a Comissão propõe: que seja encaminhado aos Municípios e CMAS um informativo sobre o atestado de pobreza, o qual deve ser declarado pelo interessado ou representante legal; que seja informado à Secretaria de Estado da Educação - SEED, o posicionamento do CEAS em relação ao processo, incluindo a informação de que está sendo repassada esta posição, aos demais Conselhos Municipais, bem como, encaminhar cópia integral do respectivo processo à SEED; Solicitar à SETP para que envie à Assembléia Legislativa a alteração ou revogação da referida lei que trata do atestado de pobreza, já que o mesmo não mais se justifica, à luz da Lei Federal n. 7.115 de 29 de agosto de 1983 do Decreto Federal n. 83.936, de 06 de setembro de 1979, e do Decreto Estadual n.º 4796, de 02 de fevereiro de 1982. No relatório, a Comissão também sugeriu a criação de glossário de siglas da Política de Assistência Social. Foi disponibilizado à Comissão, o protocolo n. 8.389.049-5 oriundo do Conselho Regional de Serviço Social, o qual foi repassado à conselheira Maria Joseane

que estará enviando resposta que deverá ser encaminhada ao CRESS/PR 11ª Região. A conselheira ainda informou que a comissão recebeu o ofício circular n. 007/05 do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, referente a orientação para capacitação/operacionalização do controle social pelos Conselhos de Assistência Social. A comissão sugeriu o envio desta correspondência a todos os conselheiros do CEAS, aos órgãos gestores e aos Conselhos Municipais de Assistência Social do Paraná. Prosseguindo com o relatório, a conselheira informou que a conselheira Iolanda solicitará ao CNAS a listagem das entidades que possuem o CEBAS - Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social no Estado do Paraná. Na seqüência passou-se para a apresentação do relatório da Comissão Social de Políticas Básicas, (anexo III), que teve como relatora a conselheira Dulcilene. A mesma informou que foi recebido o ofício n.º 007/2005 - CNAS, referente à Capacitação, operacionalização do Controle Social pelos Conselhos de Assistência Social. Em relação ao processo de Matinhos/PR, onde solicitava parecer do CEAS, sob protocolo 8.263.384-7, referente a intervenção do CEAS, no CMAS do Município de Matinhos, a conselheira informou que o conselheiro Valter fará parte da Comissão, substituindo a ex-conselheira Eliane, que também representava a ABEC no Conselho. Portanto, a equipe, para análise do processo de Matinhos ficou composta pelo representante do Ministério Público, pela conselheira Lenir e pelo conselheiro Valter que, na próxima reunião, apresentarão um parecer. A Comissão apresentou também a Proposta do Instrumento que Normatize a implantação e o financiamento do CRAS no Paraná, elaborado pela técnica Samira NUCLEAS, segundo a conselheira a Comissão aprovou o Instrumento. Quanto à Apresentação do Projeto de Capacitação das famílias PETI/2005. Geração de renda, a conselheira informou que a CGM/ SETP estão em processo de busca de executores, tendo em vista que a EMATER e Fundação Terra não dispõe de equipe para execução da capacitação. Outras entidades estão sendo consultadas. Foi discutido também sobre a questão do SAC (Serviço de Ação Continuada) e foi apresentado um instrumento das ações dos Centros de Educação Infantil da região de Campo Mourão. Até o final do mês todas as regiões estarão enviando os seus dados a SETP. O objetivo do levantamento é contribuir com as discussões da Comissão Estadual de Transição da Educação Infantil para a Educação, bem como contribuir no processo de monitoramento dos recursos do SAC aplicados na atenção integral à crianças de 0 a 6

anos. A conselheira aproveitou para informar que no mês de Maio ocorrerão capacitação dos técnicos que operacionalizam o Sistema de Informação de Benefício de Prestação Continuada e a capacitação refere-se a 4ª Etapa da revisão, principalmente aos Municípios que não completaram a revisão, em número de 144 que não completaram. A conselheira Jucimeri sugeriu que os conselheiros analisem o instrumento que contém as instruções para implantação dos CRAS, com a finalidade de apresentar contribuições para que possa ser feito uma resolução do mesmo, na próxima reunião do Conselho. A conselheira sugeriu, também, que o instrumento esteja disponível no site do CEAS. Na seqüência, a conselheira Angela apresentou o relatório da Comissão de Comunicação, Articulação e Mobilização, (anexo IV). De acordo com a mesma, a Comissão sugeriu a alteração da data da próxima reunião do CEAS para os dias trinta e trinta e um de maio, (dia trinta a reunião ampliada; dia trinta e um a reunião ordinária do CEAS,) que, pelo calendário, aconteceria nos dias dois e três de junho, em função da necessidade de uma reunião ampliada sobre a discussão da NOB – Norma Operacional Básica, ou seja, a apresentação da sugestão do Paraná para a NOB. A Comissão também sugeriu a participação, além dos conselheiros do CEAS, de representantes dos Escritórios Regionais da SETP (chefes e técnicos), já custeados pela SETP, bem como de representantes do FOREAS – Fórum Estadual de Assistência Social, COGEMAS - Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social, ENTIDADES, GESTORES E CONSELHOS MUNICIPAIS, que irão custear suas despesas. Quanto à capacitação dos conselheiros sobre o SUAS, a Comissão sugeriu que a primeira etapa fosse realizada nos dias oito, nove e dez de junho, com a pauta elaborada pela Comissão, descrita no relatório da comissão em anexo, e a segunda etapa nos dias treze, quatorze e quinze de julho, também com a pauta no relatório anexo. A representante do FOREAS, Sra. Eunice, perguntou se a presença dos gestores está assegurada bem como dos representantes do FOREAS. A conselheira Denise Colin informou que a presença do FOREAS está assegurada. O que não está assegurado é o custeio da Secretaria Executiva do FOREAS, tendo em vista essa despesa, por determinação de responsabilidade fiscal, não poder ser assumida pela SETP. Complementou citando que a SETP só pode assumir custos do FOREAS, caso haja os participantes sejam considerados cursistas, para custeio de despesas, conforme orientação do Tribunal de Contas do Estado. Na seqüência, a conselheira Angela informou que

a alteração da data da reunião foi pertinente, visto que dia trinta e um de maio, é o último dia para o Estado do Paraná apresentar as suas contribuições sobre a NOB ao CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social. Logo em seguida, a Presidente submeteu as datas sugeridas pela Comissão, para a aprovação da plenária, ficando APROVADO as datas da seguinte forma: Reunião do Conselho dia trinta e trinta e um de maio; Capacitação dos conselheiros sobre o SUAS - primeira etapa: dias quinze, dezesseis e dezessete de junho; Capacitação dos conselheiros sobre o SUAS - segunda etapa: dias treze, quatorze e quinze de julho (dia treze: Planejamento e Instrumento de Gestão Local e Gestão de Recursos Humanos; dia quatorze: Controle Social e Monitoramento de avaliação; dia quinze: Reunião do CEAS – 8:30 reunião das Câmaras; 13:30 reunião plenária do CEAS). Na seqüência, a conselheira Iolanda apresentou o relatório da Comissão Organizadora da VI Conferência, (anexo V). A conselheira posicionou a sugestão do conselheiro Manuel em relação ao tema da Conferência Nacional que, ao invés de ser chamado “SUAS Plano 10 Estratégias e Metas para Implementação da Política de Assistência Social”, o tema poderia ser “Política de Assistência Social, Sistema Único e Plano Decenal”. Seu argumento para essa mudança é que o tema apresentado para a Conferência Nacional não profere indicações claras do que realmente deve ser discutido, como o objetivo da Conferência Nacional. A conselheira Iolanda informou que a Comissão aprovou a sugestão do conselheiro de que o tema para a Conferência Estadual, para as regionais e também indicativos para as Municipais seja “Políticas da Assistência Social: Sistema Único e Plano Decenal”. Na seqüência, passou para a aprovação da logomarca para a Conferência Estadual. A primeira foi elaborada pelo ex-conselheiro Plínio, da regional de Jacarezinho, a segunda, foi elaborada pela SETP e a terceira foi elaborada pelo conselheiro Valter. Após a apresentação das sugestões de logomarca, as mesmas foram submetidas para a aprovação do Conselho. Quanto a logomarca apresentada pelo conselheiro Valter, a conselheira Jucimeri sugeriu que contemple as seguranças afiançadas pela política de assistência. Assim, procedeu-se a votação que obteve o seguinte resultado: A logo marca elaborada pelo ex-conselheiro Plínio, obteve 3 (três) votos; a elaborada pela SETP, obteve dez (10) votos e a logomarca elaborada pelo conselheiro Valter, foi a vencedora e APROVADA com onze (11) votos. Em seguida, a conselheira Iolanda informou que a Comissão da Conferência fará uma reunião extraordinária no dia vinte de

maio nas dependências da SETP. A conselheira Denise Colin lembrou que, para participar das eleições do Conselho, a Entidade precisa ter sede e/ou serviços em mais de um Município, conforme aprovação em reunião anterior.

4. Exposição do FOREAS sobre a situação atual do Fórum e apresentação de cada região – Sra. Eunice;

A Sra. Eunice informou que está sendo feito um resgate para o fortalecimento do Fórum Estadual. De acordo com a mesma, o Fórum surgiu como um meio de pressão para a implementação da Lei Orgânica da Assistência Social. A mesma expôs que o COGEMAS não substitui o Fórum e nem CEAS. Continuando, fez questão de registrar que a reunião do FOREAS deste mês foi comprometida, tendo em vista as várias alterações de data da reunião do CEAS. Na seqüência, informou que, na próxima reunião do FOREAS, será constituída à Secretaria Executiva do FOREAS, de uma forma democrática e participativa. Finalizando a sua exposição, diz que o Fórum é um grande parceiro do CEAS. A Presidente agradeceu a presença e a disponibilidade da técnica.

5. Informes Gerais:

Apresentação das estagiárias de Assistência Social da SETP – sobre um instrumento de funcionamento dos Conselhos – Ana Paula e Cláudia. As estagiárias da CGM - Coordenadoria de Gestão Municipal procederam com a leitura do material criado conforme anexo VI. Trata-se de um projeto de intervenção com o objetivo de fortalecer a prática conselhistas através da divulgação de material sobre as atribuições dos conselheiros. A ação responde ao encaminhamento do CEAS sobre a orientação dos CRAS. Ao término da leitura, as mesmas distribuíram folders explicativos sobre o projeto. Não havendo questionamentos em relação a apresentação, a Presidente agradeceu a presença das estagiárias que, na oportunidade, foram parabenizadas pelo Conselho pela a iniciativa. Na seqüência, a conselheira Denise Colin informou que em relação às Entidades que recebem recurso para habilitação da pessoa portadora de deficiência do SUS a SETP será informada pela SESA mensalmente. Informou ainda que a Federação das APAES e o escritório do Senador Flávio Arns, também vão elaborar um instrumento que oriente as Entidades a habilitarem nas novas modalidades de alta complexidade para reabilitação da PPD e, que a equipe da SETP dará o suporte técnico. Com relação ao atendimento de zero a seis anos, está sendo feito um levantamento da rede para orientação considerando também a da NOB. Logo em seguida, o conselheiro Paulo expôs a situação do trabalho infantil

em Paranaguá. O mesmo procedeu com a apresentação informando que é membro do Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil, do PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e participou de uma visita de inspeção no lixão de Paranaguá. O conselheiro informou que o lixão é um lugar aberto e que não tem critério de acesso. Lá foi instalado um bairro dentro do próprio lixão, e que, famílias moram e trabalham lá, incluindo crianças. Após a exposição do conselheiro em relação à vida no lixão, que segundo o mesmo, tem descaso da Prefeitura, foi sugerido que o CEAS criasse uma moção de repúdio aos fatos ocorridos no lixão e que encaminhe para os órgãos envolvidos. O conselheiro José Cícero informou que em Campo Mourão havia uma situação semelhante ao lixão de Paranaguá e o problema foi solucionado com o fechamento do lixão e a criação de um aterro sanitário, sendo feito logo após o cadastramento das famílias. Agora as famílias têm um trabalho organizado com toda a segurança que necessitam. Sugeriu também que o CEAS verifique junto ao CMAS o que está sendo feito e, com base nisso, pressione o governo municipal e estadual para a solução do problema. A conselheira Jucimeri complementou a sugestão do conselheiro José Cícero, propondo que a carta também seja encaminhada ao Conselho Estadual do Meio Ambiente, para que tome providências quanto à questão do meio ambiente e questão sanitária, informando ao prefeito o pronunciamento do CEAS sobre Paranaguá, propondo, ainda, que o Escritório Regional da SETP proceda um acompanhamento mais sistemáticas em relação aos programas sociais, verificando se os mesmos estão chegando até as famílias. Na seqüência, o conselheiro Paulo se disponibilizou a apresentar, na próxima reunião do CEAS, os indicativos de toda situação para subsídio da redação.

6. Informes Secretaria Executiva dos Conselhos;

Dando continuidade a pauta, a Sra. Maria Lúcia Massuchetto procedeu com os informes da Secretaria Executiva dos Conselhos. Iniciou com as correspondência e materiais recebidos:

Encaminhado pelo Senador Flávio Arns, publicação de interpretação do Código Civil e as Entidades Sem Fins Lucrativos. O material ficará disponível para a Comissão de Legislação analisar e verificar ações subsequentes; recebimento, ainda, de correspondência do Sindicato dos Empregados do Comércio de Foz do Iguaçu com a indicação da conselheira Salete Tubiana dos Santos, em substituição ao conselheiro José Carlos, da regional de Foz do Iguaçu; Justificativa da conselheira Denise Diniz da regional de

Guarapuava, citando a indicação de suplente para substituí-la na reunião, sendo que a conselheira suplente também não compareceu, ficando assim a regional de Guarapuava sem representante nesta reunião; justificativa da conselheira Elza da SETP; Ofício da SEJU com indicação do Sr. Rogério Martins Angulski e Sr. Alcides Francisco Halila, representantes no CEAS, como conselheiro titular e suplente, respectivamente; ofício da CNBB em agradecimento à moção de repúdio encaminhada pelo assassinato da Irmã Dorothy Stang; ofício do Fórum Regional de Curitiba, no qual solicita subsídios para a realização das Conferências locais com antecedência. A presidente solicitou que o referido ofício fosse respondido informando que, assim que o Conselho estiver com o material, estará encaminhando ao Fórum. Propõe, ainda, que se inclua a notificação de que a regional de Curitiba não tem representante no Conselho.

7. Encerramento;

Encerrando a reunião a Presidente agradeceu a presença de todos e, aproveitou para solicitar que todos os conselheiros acessem o site do Conselho para se inteirarem com as informações disponíveis. A secretária geral dos Conselhos, lembrou que as atas não mais serão enviadas por e-mail ou por fax, tendo em vista que as mesmas estarão disponíveis no site do CEAS que, quando da convocação da reunião co